

# A tragédia do Museu Nacional, a tragédia dos museus

DOI

[http://dx.doi.org/10.11606/](http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2018.153137)

2179-0892.ra.2018.153137

## Laura Moutinho

Editora da *Revista de Antropologia*

🏠 Universidade de São Paulo | São Paulo, SP, Brasil

✉ [lmoutinho@usp.br](mailto:lmoutinho@usp.br)

O arquivo com a carta cuidadosamente reproduzida, enviada por Luísa Valentini<sup>1</sup>, chegou às minhas mãos enquanto escrevia este editorial. A data indicava que havia se passado 79 anos desde seu envio em 1939. Mais especificamente, desde 13 de julho de 1939. A uma primeira vista, em novembro de 2018 pareceria improvável alguma conexão com este remoto passado. Aquele longínquo ano, entretanto, está diretamente conectado à tragédia que nos abateu em 02 de setembro de 2018. Infelizmente. Eram mais ou menos 19h30 de um domingo modorrento como outros, quando as notícias vindas por todos os lados veiculavam cenas de horror, lambendo nosso torpor, inflamando nossas memórias pessoais e profissionais, como as labaredas que torravam sem piedade 200 anos de nossa história junto com o Museu Nacional e todo seu acervo. Localizada em São Cristovão, zona norte do Rio de Janeiro, a Quinta da Boa Vista é um lugar histórico, tendo sido moradia da família imperial no século XIX e se tornado, ao longo de 200 anos, uma referência central para o país.

Heloisa Alberto Torres, Diretora do Museu Nacional em 1939, em carta a Carlos Drummond de Andrade, o cultuado poeta que trabalhava como Diretor de gabinete do Ministro da Educação, chamava atenção para as ambiguidades da proteção e os perigos, não tão diferentes dos atuais, que acometiam e acometem as populações indígenas que viviam então e vivem atualmente em território nacional. Heloisa Alberto Torres reivindicava ali o lugar da antropologia. Seu argumento traçava um paralelo com os Estados Unidos: os antropólogos eram como médicos e advogados, argumentava a diretora, para que a “proteção ao índio seja feita sobre base científica”.

Foi também em 1939 ou, mais precisamente, entre fins de 1938 e 1939 que Curt Nimuendajú viajou pelo nordeste e pelo sudeste com o intuito de pesquisar

**1** Luísa Valentini é doutoranda do PPGAS/USP e editora de Críticas Bibliográficas e de Resenhas da *Revista de Antropologia*. Consternada com a tragédia, enviou-me alguns materiais inéditos de sua tese de doutorado para a escrita deste memorial.

os povos Jê setentrionais – viagem viabilizada pelo apoio de Robert Lowie, aluno de Franz Boas. Acompanhamos esse percurso etnográfico através das cartas enviadas por Nimuendajú a Lowie, analisadas no artigo de Elena Monteiro Welper, texto já há tempos previsto para abrir esta edição da *Revista de Antropologia*. Foi uma triste coincidência. A análise do material inédito que Welper disponibiliza é de profunda riqueza. Todo esse acervo não existe mais. Heloisa Alberto Torres e muitos outros personagens que viviam nos arquivos do Museu Nacional assombram nossa política patrimonial e evidenciam o quão longa é a luta por apoio ao mais antigo museu do país.

Heloisa Alberto Torres assumiu o Museu Nacional em 1938, após o falecimento do diretor que a precedeu. Em material também enviado a mim por Luisa Valentini, li que Alberto Betim Paes Leme, na “justificativa da proposta para o orçamento de 1938”, argumentou ao Diretor Geral de Contabilidade do Ministério da Educação que “as dotações atribuídas nos anos anteriores foram notavelmente insuficientes”. Se as reformas ortográficas modificaram a norma culta portuguesa, o mesmo não pode ser dito da questão orçamentária. Como indicado em nota oficial publicada no site da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), “Dos R\$ 520.000,00 anuais previstos desde 2014 para a manutenção do Museu, passou-se para os cerca de R\$ 340.000,00 em 2017 e R\$ 54.000,00 em 2018”<sup>2</sup>.

De fato, as questões orçamentárias que abateram o Museu Nacional não são um problema isolado, tampouco suas consequências e ameaças que representam: o Instituto Butantã pegou fogo em 2010 e, igualmente em solo paulistano, outros museus sofrem por descaso e falta de vontade política, como o Memorial da América Latina, que teve danificada uma obra de Tomie Ohtake e bombeiros feridos em incêndio em 2013 e o Museu da Língua Portuguesa, que também ardeu em 2015 nos deixando órfãos.

A relação do PPGAS/USP com o PPGAS/MN/UFRJ não é recente. Ambas as instituições estão entre os mais antigos programas de pós-graduação do país. Ainda na década de 1970, o PPGAS/USP foi o local onde, entre outros e outras, Gilberto Velho, doutorou-se sob orientação da antropóloga e ex-primeira dama Ruth Cardoso. Ambos faleceram cedo. Suas contribuições permanecem de muitas formas, assim como o estreito intercâmbio entre esses dois programas. Professoras e professores que atualmente ensinam no PPGAS/USP se formaram no Museu, instituição que, mesmo com todo o descaso político, nunca perdeu seu lugar de ponta no cenário antropológico brasileiro. Consternados, expressamos nosso luto e solidariedade a colegas da antropologia e demais cientistas envolvidos diretamente nessa tragédia.

Convidamos as leitoras e os leitores da *Revista da Antropologia*, a seguir o percurso dos demais artigos e resenhas deste número, que inaugurou a política de publicação continuada.

2 Ver  
<http://www.abant.org.br/>

Assim, além do já mencionado “‘Segredos do Brasil’: Curt Nimuendajú, Robert Lowie e os índios do nordeste” de Elena Monteiro Welper, publicamos “A multifuncionalidade das vasilhas cerâmicas do alto rio Madeira (séculos X-XII d.C): comensalidade cotidiana e ritual” de Angislaine Freitas Costa e Denise Maria Cavalcante Gomes, que aborda as cerâmicas à luz das relações entre humanos e não humanos. Em “Emoções em disputa: usos do “amor” em manifestações”, Bernardo Fonseca Machado volta seu olhar para como e por que o “amor” foi o vetor de debates políticos como o “mais amor em SP” e a *hashtag* #LoveWins. O artigo “Povo onça, povo larva: animais e plantas na constituição da pessoa, diferenciação de gênero e parentesco matses”, Beatriz de Almeida Matos aborda a constituição da pessoa e parentesco ameríndio entre os Matses. Rosana da Câmara Teixeira e Felipe Tavares Paes Lopes escreveram “Reflexões sobre o ‘Projeto Torcedor’ alemão: produzindo subsídios para o debate acerca da prevenção da violência no futebol brasileiro a partir de uma perspectiva sociopedagógica”, que analisa o *Fanprojekt* (“Projeto Torcedor”), cujo objetivo é gerir e modificar os conflitos no futebol alemão e seu eco no futebol brasileiro. O último artigo deste número é de autoria de Marina Vanzolini, intitulado “As histórias dos outros”. Preocupada com questões epistemológicas e ontológicas, a autora percorre a indiscernibilidade do mito em contraste com outras formas narrativas. A seção Críticas Bibliográficas e Resenhas é aberta com um importante debate, realizado por Íris Morais Araújo, acerca do documentário *Piripkura*, um premiado filme sobre as expedições da Frente Etnoambiental Madeirinha-Juruena na TI Piripkura, no noroeste do Mato Grosso. Tema de extrema relevância para o atual momento. Em seguida, o leitor ou leitora poderá percorrer a crítica bibliográfica escrita por Monique Augras sobre o livro de Fernando Giobellina Brumana, *Le Don de l’essai – À Propos de L’Essai sur le don de Marcel Mauss*. Fecha este número a crítica bibliográfica assinada por Fernando Giobellina Brumana, cujo título já indica a riqueza do conteúdo, “Sobre ‘Los años locos’ de la etnografía en Francia”.

A *Revista de Antropologia* se alia, deste modo, ao esforço que vêm fazendo colegas do Museu Nacional e dos demais museus que sofreram terríveis revezes na história recente do país em renascer e manter sua excelência acadêmica, enfatizando ainda – como a seleção de artigos demonstra – seu compromisso e respeito para com a diferença, especialmente, com as populações e grupos atualmente ameaçados.